



CENTRO DE TRIAGEM DE ANIMAIS SILVESTRES - CETAS IBAMA - LORENA, SP E A ENTREGA VOLUNTÁRIA DE ANIMAIS COMO UM PROTOCOLO SOCIAL DA INSTITUIÇÃO.

Estéfani Marina Rodrigues de Lima

Paulo Sergio de Sena

Faculdades Integradas Teresa D'Ávila-FATEA Curso de Biologia, Av. Dr. Peixoto de Castro, 539-Vila Celeste. CEP 12606 - 580, Lorena, São Paulo, Brazil. Telefone: 55 12 2124 - 2830 estefani_bio@yahoo.com.br, pssena@gmail.com, biologia@fatea.br

INTRODUÇÃO

Atualmente, tem aumentado a incidência de reportagens nos principais meios de comunicação do país informando sobre o tráfico de animais silvestres ao apresentar conteúdos como "Agentes da Polícia Ambiental e do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) prenderam 47 pessoas neste domingo (1^o), durante uma operação de combate ao tráfico de animais silvestres em Salvador... No total, 188 aves foram apreendidas... A polícia desmontou uma rinha de canários no bairro Fazenda Grande do Retiro... No total, 43 pessoas estavam no local realizando apostas, que variavam de 500 a 1 mil. Foram encontrados 121 pássaros no estabelecimento. Além da apreensão na rinha, os agentes apreenderam 67 pássaros em uma feira, em Salvador... Alguns animais apreendidos, considerados raros, chegam a custar 100 mil no exterior... No local, mais quatro pessoas foram detidas. Os detidos foram encaminhados para a 3^a e para a 4^a delegacias de Salvador... Todos os animais serão enviados para um centro de triagem do Ibama. O grupo deve responder por crime ambiental."

O tráfico de animais silvestres é considerado a terceira maior atividade econômica do comércio ilegal do mundo, ficando atrás dos tráficos de armas e de drogas, movimentando cerca de US 10 bilhões ao ano, sendo o Brasil responsável por aproximadamente 10% desse mercado. (Borges *et al.*, 2006) Por se tratar de uma atividade ilegal e por não existir uma agência centralizadora das ações contra o tráfico no país, os dados reais sobre esse comércio ilegal são difíceis mensurações. (WWF, 1995)

A Rede Nacional Contra o Tráfico de Animais Silvestres estima que o tráfico de animais silvestres no Brasil seja responsável pela retirada anual de 38 milhões de espécimes da natureza, e de cada 10 animais retirados de seus habitats pelo tráfico ilegal, apenas 01 chega ao seu destino final devido às mortes ocorridas durante sua captura ou no trans-

porte para seus destinos. (Renctas, 2001)

Os animais recuperados pela Polícia ou pelos Fiscais do IBAMA são conduzidos aos Centros de Triagem de Animais Silvestres, alguns sob responsabilidade do IBAMA, onde os animais passarão por um protocolo de recepção, quarentena, acomodações provisórias e destino mais adequado. Os infratores são autuados, podendo ser detidos ou responder as responsabilidades em liberdade, como, por exemplo, pagamentos de multas e/ou cestas básicas.

Em geral os trabalhos que envolvem o tráfico de animais silvestres e o CETAS se concentram em descrever os fatos que ocorrem com os animais, bem como extensas tabelas de animais atingidos e suas identificações; o destino dos infratores e a inclusão de novas rotas à cartografia do tráfico, tanto nacionais quanto internacionais. (Primack e Rodrigues, 2002) Esse trabalho focou os Centros de Triagem de Animais Silvestres administrados pelo IBAMA, mais particularmente o CETAS de Lorena, SP e seu envolvimento com a comunidade. Nesse sentido, o problema de pesquisa se preocupa com a inclusão social da Instituição (Schrader, 1978), que nesse caso se expressa na forma de encaminhamento de animais mantidos em cativeiro por meio da entrega voluntária, e em que cenário se desenvolveu tal ação. A hipótese defendeu que houve pouco envolvimento do CETAS com a comunidade enquanto a Instituição se empenhava em ações de busca e apreensão de forma mais periódica. A diminuição da ação coerciva dos CETAS criou outra identidade institucional se vinculando à recepção dos animais em cativeiros domiciliares. O protocolo de recepção do animal, por entrega voluntária, promovido pelo CETAS coloca a Instituição no meio de um fato social, superando o crime do tráfico e o encarando como problema social.

OBJETIVOS

- Construir outro parâmetro para compreender o tráfico de animais silvestres;

- Sugerir a inserção de elementos sociais no protocolo dos CETAS;
- Pensar o CETAS como também sendo uma Instituição Social.

MATERIAL E MÉTODOS

Foram utilizadas informações de 5 anos (2003 a 2007) coletadas no Centro de Triagem de Animais Silvestres do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis-IBAMA, sediado na Floresta Nacional de Lorena, Lorena, SP. Configura-se como o único Centro de Triagem do IBAMA disponível no Estado de São Paulo.

As informações coletadas se referiram ao movimento de recepção e destino dos animais silvestres no período de 2003 a 2007, quando os dados já estão contabilizados e consolidados para serem trabalhados. Apesar da posse de todos os dados, este trabalho focou nos exemplares de Aves, que representam 94% do total de animais silvestres vítimas das tais ocorrências.

Os dados foram contabilizados segundo dois critérios principais: os animais apreendidos pelos Fiscais do IBAMA, pela Polícia Ambiental e outras entidades; e os animais encaminhados voluntariamente, por seus proprietários, ao CETAS. Tratou-se também de destacar as Aves mais apreendidas e de entrega voluntária, bem como a diversidade de Espécies envolvidas em cada ano.

RESULTADOS

A contabilidade de animais silvestres que ingressaram no CETAS IBAMA-Lorena, SP no período de 2003 a 2007 mostrou um montante de 6247 indivíduos, entre Répteis, Aves e Mamíferos. O destaque ficou para as Aves, que compuseram 5879 indivíduos (94%). Destas Aves que chegaram ao CETAS, 83,5% resultaram de apreensões pelos Fiscais do IBAMA ou Agentes da Polícia Ambiental; 16,5% foram entregues voluntariamente, por seus detentores, para o CETAS.

O ano de 2003 foi muito significativo, visto que o movimento de entrega voluntária e de apreensões pelo CETAS e Outras Instituições superaram o trabalho da Polícia Ambiental da região. No entanto, os números de apreensões feitas pelo CETAS e Outras Instituições foram diminuindo ao longo dos anos de 2004, 2005, 2006 e 2007, enquanto da ação da Polícia Ambiental aumentou proporcionalmente. O que se destacou foi o aumento das Entregas Voluntárias ao CETAS após 2003, acompanhando a tendência de crescimento das ações policiais.

O período analisado mostra que as Espécies envolvidas com maior caso de ocorrências são: *Amazona aestiva*, *Gnorimopsar chopi*, *Passarina brisconii*, *Sicalis flaveola* e *Sporophila caerulescens*. Quanto às Espécies entregues voluntariamente ao CETAS, com ocorrências mais significativas são: *Amazonas aestiva*, *Aratinga leucophthalmus*, *Dendrocygna viduata*, *Gnorimopsar chopi*, *Oryzoborus angolensis*, *Passarina brisconii*, *Saltator similis*, *Sicalis flaveola*, *Sporophila lineola*, *Sporophila caerulescens*, *Sporophila frontalis*, *Turdus rufiventris*, *Volatinia jacarina* e *Zonothrichia capensis*.

Observou-se também que exemplares de *Sporophila caerulescens* que eram os mais entregues voluntariamente, e em grande volume, nos anos de 2003, diminuiu significativamente nos anos seguintes. Ficou a dúvida, se foi devido ao menor aprisionamento, ou se houve outro estímulo para não encaminhar ao CETAS ou se houve uma redução populacional na região. Enquanto exemplares de *Gnorimopsar chopi* se mantiveram constantes, talvez por incentivo de mercado.

Os responsáveis pelo tráfico de animais silvestres no Vale do Paraíba Paulista possuem idades que variam de 40 a 70 anos, do sexo masculino e feminino. Suas origens são de São Paulo e Minas Gerais. Seus estados civis são solteiros, casados e asiáticos. As profissões que exercem são comerciantes, funcionários públicos, lavradores e do lar. Esses indivíduos passaram a utilizar os recursos da fauna como fonte de renda, aproveitando as tendências das últimas décadas, quando a exportação e a venda de animais e subprodutos representavam uma importante atividade econômica.

O silêncio social dos protocolos dos CETAS incentivou a retirada da fauna silvestre de seus

Habitats destinados ao comércio ilegal ou à manutenção em cativeiro, representando um dos principais problemas a serem resolvidos pelos órgãos responsáveis pela proteção da fauna. Não há critérios claramente definidos sobre os procedimentos específicos referentes a esses problemas, o que dificulta a tomada de decisão social, educacional e de fiscalização.

Diante de números tão relevantes de apreensões e destinação ao CETAS e de tão inferiores os relativos ao encaminhamento voluntário do animal à Instituição de Triagem, é necessário estabelecer protocolos que envolvam a saúde individual e populacional das espécies silvestres e exóticas apreendidas e encaminhadas, dando ênfase à uma saúde ambiental. Para tanto é necessário observar as particularidades ecossistêmicas locais, grupos taxonômicos, ou espécies em questão, bem como avaliar em áreas experimentais os resultados dos programas de reintrodução e/ou soltura de animais apreendidos e reabilitados.

No entanto, a ação parece que deve ir além dos protocolos de triagem de animais e incluir a dimensão humana da saúde ambiental, quando não se pensa somente o quanto os animais envolvidos poderiam ser vetores de doenças para os humanos, bem como levantar a cultura local das populações e dos traficantes, no sentido de inventariar suas relações com a fauna traficada e os manejos por eles conhecidos que poderiam ser incorporados ao protocolo de triagem do CETAS.

CONCLUSÃO

De posse dos números, das proporções e das Espécies da fauna que são traficadas e recuperadas pelos Centros de Triagem de Animais Silvestres-IBAMA, é possível viabilizar uma agenda que envolva a comunidade local, os atores do tráfico e as Instituições governamentais ou não, no sentido de criar um protocolo social para se pensar o tráfico de animais silvestres.

Foi significativa a nova configuração dos papéis institucionais, entre o CETAS Ibama e a Polícia Ambiental, quando houve menor número de fiscalizações e apreensões

de Aves pelo CETAS, associado à uma ação mais efetiva da Polícia Ambiental, houve maior movimento de entregas voluntárias dos animais ao CETAS, configurando uma espécie de refúgio social para um problema de crime ambiental.

Ainda há uma deficiência nos dados sobre os infratores e doadores voluntários, pois não se faz um relatório que envolva parâmetros sociológicos e antropológicos capazes de traçar um perfil desses indivíduos de forma mais clara, afim e superar dados como a idade, sexo, origem e profissão, atualmente exigidos.

A proposta deste trabalho fica por conta de gerar contribuições para incluir uma agenda social ao protocolo de triagem de animais silvestres, que responde ao problema de pesquisa comprovando a ausência dessa figura nos protocolos dos CETAS, quando sua presença enquanto órgão fiscalizador e de apreensão. A proposta vem aproveitar a hipótese e acrescentar que os atores sociais devem superar a figura dos fiéis depositários, figura controvertida, e criar condições para que as comunidades locais sejam capazes de manter habitats para as Espécies a serem destinadas para soltura ou similar. Criar controle sobre o nascimento, morte ou fuga dos animais depositados, sob influência de manejos inadequados pelos traficantes ou moradores próximos aos

habitats. Enfim, gerar um cadastro ou banco de dados específico com informações sobre as Espécies e das várias formas de relação com os grupos sociais humanos locais, ações que estão sendo desenvolvidas pelos trabalhos aqui derivados.

(Agradecimento ao CNPq pelo apoio a este trabalho na forma de PIBIC - FATEA, 2008 - 2009)

REFERÊNCIAS

- Borges, R. C. *et al.*, Diagnóstico da fauna silvestre apreendida e recolhida pela Polícia Militar de Meio Ambiente de Juiz de Fora, MG (1998 e 1999). *Revista Brasileira de Zoociências* 8 (1):23 - 33. 2006
- Primack, R. B.; Rodrigues, E. *Biologia da conservação*. Londrina: Vida, 2002.
- Renctas. *1º Relatório Nacional sobre o Tráfico de Fauna Silvestre*. 2001.
- Schrader, A. *Introdução à pesquisa social*. 2. ed. Porto Alegre: Globo, 1978.
- WWF (WORLD WILDLIFE FOUNDATION). *Tráfico de Animais Silvestres no Brasil. 1º informe*. Brasília, WWF, 1995.